

ATAQUE EM BRASÍLIA

Celina garante que capital está segura

Governadora em exercício afirma que o Distrito Federal "tem a melhor segurança pública do Brasil" e que a administração local está cuidando da situação com celeridade

Vinte e dois meses após o ataque de bolsonaristas às sedes da Praça dos Três Poderes, o Governo do Distrito Federal (GDF) enfrentou duas explosões, ontem, em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF) e nas imediações do Congresso Nacional. A governadora em exercício, Celina Leão (PP), buscou mostrar agilidade e fez questão de deixar claro antes mesmo de ser questionada que as forças de segurança da capital foram rápidas e que tinham "comando".

"Nós temos a melhor segurança pública do Brasil. E nós temos também aqui a missão de proteger os Poderes", disse Celina Leão. "Quero dizer também que o governo do Distrito Federal tem comando e nós estamos cuidando da situação com toda a força da nossa segurança pública e, realmente, dando uma condição para que as pessoas tenham informações atualizadas e verídicas", emendou.

Celina contou que foi até o local das explosões quando a polícia ainda tentava isolar a área e evacuar os locais próximos do Supremo. Ela foi advertida por um policial militar e teve de sair. Em seguida, convocou jornalistas para uma entrevista coletiva.

A vice-governadora estava no comando da capital federal com uma crise de segurança pública em 8 de Janeiro de 2023, quando bolsonaristas destruíram as sedes dos Três Poderes. Naquela ocasião, o governador Ibaneis Rocha (MDB) estava de férias nos Estados Unidos. Desta vez, está em Roma, na Itália, onde tentou uma audiência única com o Papa Francisco, no Vaticano, sem sucesso, e acabou participando de uma saudação com os fiéis, de forma coletiva.

Em seu perfil nas redes sociais, Ibaneis manifestou-se sobre as explosões na Praça dos Três Poderes e no Anexo IV da Câmara. "Todas as unidades de segurança e de inteligência do Governo do Distrito Federal estão orientadas a agir com rigor e celeridade para identificar o autor ou os autores, bem como a motivação para essas ataques", escreveu o emedebista.

Logo após o nova tentativa de ataque ao STF, o prédio do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ganhou uma proteção extra, pois as autoridades temiam que pudesse existir outras bombas enquanto as polícias faziam a varredura na Praça dos Três Poderes.

Celina Leão falou com os presidentes do Supremo, do Senado e da Câmara dos Deputados. Não confirmou se falou com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), mas disse ter conversado com o Ministério da Justiça. A

Mariana Saraiva/CB/D.A Press



Governadora em exercício, Celina Leão enfrenta segundo ataque à Praça dos Três Poderes em menos de dois anos



Quero dizer também que o governo do Distrito Federal tem comando e nós estamos cuidando da situação com toda a força da nossa segurança pública e, realmente, dando uma condição para que as pessoas tenham informações atualizadas e verídicas"

Celina Leão, Governadora em exercício do DF

Polícia Federal, segundo ela, abriu um inquérito paralelo ao da Polícia Civil do Distrito Federal para investigar o atentado e receberá todo o apoio necessário das forças distritais, de acordo com a governadora em exercício.

Embora Celina Leão tenha ressaltado a qualidade das forças públicas do DF, a dificuldade em proteger as mais importantes autoridades do país foi novamente evidenciada. Embora apenas o responsável pelas bombas tenha morrido, era horário de pico e funcionários da Câmara e do Supremo saíam de seus expedientes. Diferentemente do 8 de Janeiro, era dia útil, vários

trabalhadores presenciaram as cenas de extrema violência.

Apesar da gravidade dos fatos, nem a Câmara, nem o Senado foram evacuados prontamente. No Senado, os congressistas só deixaram o Plenário da Casa depois de quase 1 hora e 30 minutos. Na Casa Baixa, demorou uma hora.

Grades de proteção

Desde 1º de fevereiro, o Supremo estava sem as grades de proteção que cercavam a sede da Corte desde 2013, ano em que milhares de manifestantes ocuparam a Esplanada dos Ministérios em protestos contra o governo de Dilma Rousseff (PT). A retirada veio na linha do que fizeram os demais Poderes neste ano.

Em maio de 2023, o presidente Lula mandou retirar as grades que cercavam o Palácio do Planalto. Na época, argumentou que o gesto era um passo rumo à "normalidade" do Brasil. "Quem faz uma quantidade de bloqueio dessa é porque está com medo de alguma coisa. Não é possível que tenha que ter um monte de muralha para poder chegar à casa do presidente", disse, na ocasião.

O gesto foi seguido pelo Congresso Nacional, que retirou as grades de proteção em 9 de janeiro, um dia depois do evento organizado pelos Três Poderes para o aniversário do 8 de Janeiro. Naquele ataque, os danos nos prédios das duas Casas do Congresso chegaram a R\$ 6 bilhões, e, na sede do STF, foi o dobro: R\$ 12 milhões em danos, além das centenas de objetos furtados.

De acordo com as agências de notícias, as embaixadas estrangeiras dos países que participaram do encontro da cúpula do G20, grupo das 19 maiores economias desenvolvidas e emergentes do planeta mais a União Europeia e a União Africana, no Rio de Janeiro, estão ampliando o esquema de segurança. O encontro de líderes está previsto para os dias 18 e 19, mas ocorrem eventos paralelos a partir de amanhã até o próximo dia 20.

Investigação

As forças de segurança do DF investigam o caso como suicídio, já que não havia, até a noite de ontem, qualquer indicativo de que o responsável pelas explosões teria se associado a outras pessoas.

"Não há nenhuma outra pessoa que está sendo acusada da tentativa (de atentado). Porque para você ter uma tentativa, você precisa ter duas pessoas. A pessoa que recebeu o ato e a pessoa que cometeu. Por que está sendo tratado como suicídio? Porque nós só temos uma vítima e não temos o envolvimento de mais uma pessoa", afirmou Celina Leão.

O secretário interino de Segurança do Distrito Federal, Alexandre Patury, informou que as investigações buscam saber se o caso foi isolado. "Asseguro que a segurança está toda empenhada, porque Brasília tem comando, tem segurança e a população pode ficar tranquila que isso será desvendado o mais rápido possível", disse. (Israel Medeiros, Gabriella Braz e Mariana Saraiva).

Polarização toma conta das redes sociais

Ed Alves/CB/D.A Press



Parlamentares petistas fazem analogia ao ataque de 8 de Janeiro

"tantos ataques à democracia".

A presidente do PT, Gleisi Hoffmann (PR), disse que os "gravíssimos" fatos de ontem "repetem o cenário, os alvos e a violência do 8 de Janeiro". "São muitos elementos que nos alertam para

permanecer vigilantes em defesa da democracia".

"Maluco para tudo"

O advogado de Bolsonaro, Fabio Wajngarten, também se

manifestou nas redes sociais. "Tem malucos em todos os lugares, em todos os espectros políticos, torcedores de todos os times, de todas as crenças e religiões. Tem de todas as cores, de todos os tamanhos, de todos os sexos, de todas as nacionalidades, de todos os gostos", escreveu Wajngarten.

Dentre os senadores que representam o Distrito Federal, apenas Leila Barros (PSB) manifestou-se sobre o ataque publicamente. A parlamentar classificou o fato como "preocupante" em uma publicação no X (ex-Twitter). Até o fechamento desta edição, os senadores Izalci Lucas (PL) e Damares Alves (Republicanos) não haviam se posicionado publicamente.

A deputada Erika Kokay (PT-DF), afirmou que "os ataques do STF e à Câmara Federal são expressões do ódio". Disse, ainda, que o "bolsonarismo" quer "anistiar a violência e os ataques à democracia". (IM)

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Motta unifica o "Centrão" com desistência de Brito

O deputado Antônio Brito (PSD-BA) anunciou, ontem, a retirada de sua candidatura a presidente da Câmara e o apoio da bancada do PSD ao deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), o que fecha uma grande aliança partidária, que vai do PT ao PL, para compartilhar o poder na Mesa Diretora e nas comissões legislativas da Casa. Com isso, o atual presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), mantém sua influência no Legislativo e terá cacife para negociar com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva uma eventual reforma ministerial, da qual faça parte.

Motta terá uma liderança compartilhada com Lira, que o ungiu candidato diante do fracasso de outros aliados que pleiteavam sucedê-lo, como Elmar Nascimento (União-BR), Marcos Pereira (Republicanos) e, agora, o baiano Brito. O "dedazo" evitou uma disputa que também não interessava ao Palácio do Planalto nem ao ex-presidente Jair Bolsonaro, uma vez que a derrota do PT ou do PL, em caso de racha no bloco de Lira, poderia resultar na perda de controle de comissões importantes, como as de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira e Controle, para quem perdesse a disputa.

Uma questão subjacente ao bloco que se formou é a autonomia das bancadas federais em relação aos interesses dos eleitores que cada parlamentar deveria representar e aos seus próprios partidos, em razão do poder acumulado por meio das emendas impositivas, cujo valor chega a R\$ 37,9 milhões por deputado. Esse fenômeno também teve forte repercussão nas eleições municipais, que registraram altos índices de reeleição, em grande parte por causa das "estruturas" eleitorais viabilizadas com recursos provenientes do Orçamento da União. A outra face dessa moeda é o patrimonialismo e a política de clientela.

Nas eleições municipais, consolidou-se a hegemonia do chamado Centrão na Câmara, pelo impacto que terá em 2026, mas é um erro tratar as forças políticas de centro e centro-direita como um bloco monolítico. O cientista político Paulo Fábio Dantas Neto, professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), destaca que a súbita convergência do PL e do PT em torno do nome de Hugo Motta para a sucessão de Artur Lira evitou a perda antecipada de foco da sucessão congressual para as eleições de 2026, tendo como eixos o PSD, o MDB e o União Brasil.

O movimento convergente e rápido dos lados opostos, que o centro e a direita moderada superaram nas eleições de 2024, bloqueia na raiz a hipótese de uma articulação centrista vir a acumular força no Legislativo para a sucessão presidencial, avalia Paulo Fábio. A eleição de Motta, porém, também abre caminho para a recuperação da elegibilidade de Bolsonaro. Na sua avaliação, a vitória de Trump favorece uma anistia, ainda que o governo e a Justiça resistam a isso.

Dois centros

Para Paulo Fábio, o governo Lula erra quando, ao atuar na pequena política, não discerne com clareza os dois tipos de "centro": "Um eventual eixo MDB/PSD, reforçado pelo União Brasil e outros partidos, poderia ter estímulo do Executivo para contrabalançar a influência das direitas radical e conservantista no Congresso, ancoradas no poder pessoal e no jogo de morde-sopra do atual presidente da Câmara", sugere.

O bloco parlamentar formado por MDB e PSD teria peso equivalente ao do condomínio suprapartidário controlado por Lira. "Surfar na desqualificação do conjunto como 'Centrão' pode ser taticamente interessante para desarmar bombas legislativas de curto pavo e, com os recursos de poder ainda disponíveis, forçar e sustentar a polarização de um amontoado de agentes contra a direita radical, na disputa plebiscitária presidencial. Mas traz sérios inconvenientes à qualidade da governança política (pelo rebaixamento da consistência programática da coalizão governante) e problemas ao desempenho da esquerda nos municípios", adverte Paulo Fábio.

De fato, MDB e o PSD têm vários aspectos em comum com os partidos do chamado Centrão, entre os quais o patrimonialismo, mas são menos maleáveis ao "fundamentalismo neoliberal", não têm sintonia fina com as pautas conservadoras religiosas e dos costumes e fazem uma defesa mais normativa, e não apenas pragmática, do sistema político e da democracia representativa. "Por esses três motivos esse centro não está na mera condição de um livre atirador e pode celebrar alianças menos fugazes com uma centro-esquerda que estiver disposta a isso", argumenta Paulo Fábio.

Nesse aspecto, conclui o cientista político, o sucesso eleitoral do MDB e do PSD, caso mantenha-se uma cooperação mútua, poderia levar à formação de uma aliança com o União Brasil, de formação mais liberal, e partidos de centro-esquerda, como o PSDB e o Cidadania. De outro lado, em aliança com o próprio governo, do qual fazem parte o PP, o Republicanos e, em parte, o União Brasil, têm sido um colchão amortecedor de tentativas da extrema-direita de desestabilizar o sistema político.